

497-8

EDITOR

ISBN 85-98272-05-1



9 771 >

9 7885981272054 >

marco da sociologia
enfim, sua segunda
obrigatória e uma
ferências teóricas na
na nova geração de
dedicados aos estudos
racial, *Discriminação
e desigualdades
raciais no Brasil*
em sua área. O livro
bem impacto no
sendo reconhecido
o movimento negro
uma das principais
política da questão
país.

Carlos Hasenbalg

**DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADES
RACIAIS NO BRASIL**



EDITOR
UFMG

IUPERJ
UCAM



HUMANITAS

**DISCRIMINAÇÃO
E DESIGUALDADES
RACIAIS NO BRASIL**

Carlos Hasenbalg

P A R T E

A EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

P R E F Á C I O

Capítulo IV	ESCRAVISMO E GEOGRAFIA RACIAL NO BRASIL	129
	A evolução demográfica do Brasil durante o século XVIII	131
	Dinâmica populacional após 1800	136
	Notas	142
		157
Capítulo V	AS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS DA ABOLIÇÃO	162
	Abolicionismo e imigracionismo	164
	A imigração européia e o deslocamento socioeconômico da população de cor	166
	Notas	172
Capítulo VI	AS DESIGUALDADES RACIAIS APÓS A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA	173
	Industrialização, urbanização e desigualdades raciais	178
	Desigualdades ocupacionais entre brancos e não-brancos	179
	Desigualdades educacionais entre brancos e não-brancos	189
	Notas	202
	P A R T E	
	MOBILIDADE SOCIAL, POLÍTICA E RAÇA NO BRASIL	205
Capítulo VII	MOBILIDADE SOCIAL, DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES E RAÇA	207
	Dados e métodos	211
	Raça e mobilidade social diferencial	213
	O efeito da raça nas realizações educacionais, ocupacionais e de renda	225
	Conclusão	230
	Notas	231
Capítulo VIII	RAÇA E POLÍTICA NO BRASIL:	233
	A SUBORDINAÇÃO AQUIESCENTE DOS NEGROS	235
	O mercado de trabalho e o antagonismo racial	243
	A fragmentação da identidade racial e a cooptação social	243
	As armas ideológicas: "Branqueamento" e "Democracia Racial"	246
	Condições existenciais dos não-brancos	255
	O contexto político das relações raciais	263
	Notas	268
	REFERÊNCIAS	273
	APÊNDICE	285
	ANEXOS: A - As notícias sobre discriminação racial na Imprensa	297
	B - Alguns incidentes de discriminação racial e racismo registrados pela Imprensa entre 12.09.68 e 06.09.77	306

Existe uma tradição relativamente rica de estudos sobre os negros no Brasil. Sem mencionar os livros relativos à escravidão, que do ângulo econômico ou social foi esquadrinhada pela historiografia desde os séculos passados, é grande o número de trabalhos de autores brasileiros e estrangeiros sobre a situação social do homem negro e sobre as formas específicas de preconceitos e de dominação que afetam os negros. Especialmente depois dos estudos patrocinados pela Unesco na década de 1950, e em particular, dos estudos de Florestan Fernandes, a bibliografia sobre o tema ganhou solidez.

Qual a contribuição, neste contexto, do livro sobre *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, escrito por Carlos Hasenbalg?

Eu diria que ele acrescenta à tradição de estudos raciais brasileiros duas dimensões importantes: situa-os no âmbito da discussão acadêmica internacional, sobretudo norte-americana, retomando temas que foram debatidos internacionalmente nos últimos quinze anos, e põe ênfase na necessidade de análise dos movimentos sociais negros, no quadro de uma sociedade corroída pelo autoritarismo difuso e pela repressão, que servem de suporte às políticas complementares de cooptação social e controles ideológicos sutis, que dificultam a consciência racial e a luta contra as desigualdades e as discriminações.

O leitor verá, logo no primeiro capítulo, como Carlos Hasenbalg trata com competência e capacidade de sistematização (qualidades que se espalham por todo o livro, denotando o nível acadêmico do autor) a bibliografia sobre a relação entre raça e escravidão. As dimensões de coerção, de eventual retribuição econômica racial da escravidão e de imposição moral do senhor sobre o escravo, que foram destacadas nos estudos de Stanley Elkins (reafirmando as teses anteriores de Tannenbaum, de caráter mais culturalista, para explicar as diferenças entre a escravidão norte-americana, a caribenha e a brasileira), de Fogel e Engerman e de Eugene Genovese são resumidas e reinterpretadas para servir de quadro explicativo mais amplo. Mas o autor não se limita a essas questões. Retoma muito das análises feitas sobre o Brasil, para entender tanto as modificações na situação do negro e sua avaliação das expectativas inter-raciais depois da abolição quanto a redefinição do preconceito de cor na dinâmica das relações de classe e dos processos de estratificação social. A recusa da explicação historicista e culturalista de que o racismo persistiria como uma “sobrevivência” da ordem escravocrata na nova sociedade de classes, depois da Abolição, da urbanização e da industrialização, é feita com nitidez. A explicação estrutural-funcional da reposição do preconceito e da discriminação racial é elaborada, mas a ela se acrescenta uma dimensão nitidamente política: “a modificação e o significado da raça, como critério de alocação a posições na estrutura de classes e estratificação social, parece depender mais de fatores tais como a mudança no clima ideológico internacional, o nível de mobilização política dos grupos racialmente subordinados e políticas raciais do que a alguma lógica inerente ao industrialismo” (capítulo II).

A esses capítulos interpretativos seguem-se outros tantos descriptivos sobre a evolução das desigualdades raciais no Brasil, feitos com o mesmo esmero acadêmico que os anteriores. E a eles seguem-se os capítulos da terceira parte, sobre mobilidade social, política e raça no Brasil. Nestes últimos, ao lado da reafirmação das desigualdades e das práticas discriminatórias (com a idéia de que os não-brancos estão expostos a um “ciclo de desvantagens cumulativas”), o autor elabora tanto os temas relativos às formas de mobilização política dos negros quanto ao conflito inter-racial.

No último capítulo, Carlos Hasenbalg apresenta sua explanação relativa ao que chama de “subordinação aquiescente dos negros”. É esta, a meu ver, a temática interpretativa mais rica do livro. Pela primeira vez, de forma nítida, vejo ressaltada a falta de “sérios sismas entre os grupos dominantes” como parte da explicação de por que os movimentos de rebeldia das classes subordinadas têm seus impulsos amortecidos. O fato mesmo de que nunca houve no Brasil nada comparável à Guerra de Secesão é suficientemente forte para indicar que o sistema misto de acomodação e de repressão funciona como mecanismo básico de subordinação aquiescente. A aquiescência é mais um reflexo de um padrão geral de acomodação de interesses, entre os grupos dominantes, do que uma dimensão própria do comportamento dos dominados, mas não deixa de circunscrever um espaço de cooptação que termina por atingi-los.

A conclusão implícita na interpretação do autor é a de que as lutas raciais, neste contexto, só permitirão a diminuição das desigualdades se forem suficientemente fortes para recompor o padrão autoritário-permissivo que caracteriza, em geral, a dominação na sociedade brasileira. E conversamente, a ruptura deste (ainda que por movimentos reivindicatórios não raciais) teria um efeito dinamizador no padrão de espoliação e de acomodação inter-racial.

Basta a referência sumássima que fiz acima ao alcance dos temas tratados neste livro para recomendar sua leitura. A brevidade da apresentação não dificultará ao leitor o acesso direto às páginas que lhe deram origem.

Fernando Henrique Cardoso